



20 de abril de 2020

A Unidade da Oposição precisa tirar as devidas lições do processo de composição da chapa, evitar os erros cometidos e avançar para um funcionamento democrático.

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

Carta da Corrente Proletária na Educação à Unidade da Oposição (UO)

Uma primeira versão desta Carta circulou no grupo da Diretoria da Unidade da Oposição, sendo debatida na reunião on-line da manhã do dia 21 de abril. Agora, tornamos público o seu conteúdo, com alguns reparos.

Companheiros(as),

Nossa divergência quanto ao método de composição da chapa é clara: a incorporação de um novo setor desrespeita o critério de repetir a conformação decidida na última Convenção Eleitoral da Unidade da Oposição, realizada em 2017. Colocamos esse argumento na reunião do dia 21, declarando nossa intenção de permanecer na chapa, reivindicando a não inserção do agrupamento em questão. Como a decisão de incorporá-lo foi vitoriosa, nos retiramos do processo de formação da chapa. Seguimos construindo a frente oposicionista.

Sobre o processo de formação da chapa

Como esse documento circulará dentro e fora da Unidade da Oposição (UO), é preciso esclarecer o percurso até a nossa retirada da chapa.

A Corrente Proletária na Educação compõe a UO há alguns anos. O que reúne várias correntes políticas, que carregam diferenças entre si, é a luta contra a burocracia sindical. Sempre defendemos que vigorasse nas instâncias de decisão do sindicato, bem como da própria Oposição, os princípios da democracia operária e da independência de classe. Na última eleição para a diretoria do SINPEEM, não só compusemos a chapa, como obtivemos uma vaga na direção.

Nessa trajetória, insistimos na necessidade de convocação regular de reuniões e plenárias abertas, com material de propaganda que respeitasse uma periodicidade. Isso, para que a UO tivesse um funcionamento mínimo, para que os problemas reais dos trabalhadores da educação pudessem ser debatidos, inclusive, pela própria base. Em suma, a UO tinha de se constituir em um polo organizador, que pulsasse junto com a classe, trazendo os trabalhadores para dentro do sindicato, elementos primordiais para a consolidação de uma poderosa oposição à direção sindical capituladora - que é como caracterizamos o setor majoritário, o Coletivo Compromisso e Luta, com o caudilho Cláudio Fonseca à frente.

No entanto, a UO jamais teve esse funcionamento. Ela existe tão somente pela intervenção das correntes que a compõe, mas não de maneira coesa. E por que essa constatação importa agora? Importa justamente porque a última referência de discussão e deliberação coletivas que tínhamos para a formação da

chapa era a Convenção de 2017. São três anos que se passaram desde então! Passamos por várias mobilizações e greves, vitórias e derrotas – e nenhuma plenária foi feita, sequer para fazer os balanços necessários dos combates que travamos. As exceções foram os momentos de discussão durante os Congressos do SINPEEM, plenárias que, entretanto, estavam limitadas ao debate específico que estava se dando no próprio Congresso. Se isso não é um sintoma de um funcionamento defeituoso, o que mais poderia ser?

Agora, graves problemas afloraram, em um momento de combinação das crises pandêmica e econômica. Como tínhamos análises claramente distintas da conjuntura, nós, da Corrente Proletária, fizemos a defesa da realização de uma nova Convenção, apesar das dificuldades e observando a necessidade de tomar os devidos cuidados diante da pandemia. Fomos derrotados nessa proposição; mesmo assim, nos mantivemos no processo. Sendo assim, não sobrava alternativa, a não ser formar a chapa a partir do critério da repetição da composição de 2017. A Corrente Proletária nunca deixou de frisar que essa escolha implicava em deformações, mas tinha o mérito de preservar o método correto da aferição pela democracia direta.

Essa via implicava manter o programa votado há três anos, tendo um acordo geral de fazer apenas as adaptações necessárias, particularmente no ponto de Conjuntura. A Corrente Proletária, prontamente, apresentou a sua proposta de texto, que foi rechaçada pela maioria, restando um documento de “consenso” de toda a Oposição – o qual deveria sofrer os adendos e modificações, de acordo com o critério de cada corrente. Nossa posição contrária à votação on-line foi clara. Por isso, defendemos realização da Convenção presencial. O que estava em jogo, contudo, era buscar até o limite preservar a unidade oposicionista na luta contra a burocracia sindical. Nesse sentido, a definição da chapa, os seus fundamentos, tinha de continuar sendo aquilo que foi deliberado em 2017.

Por que nos retiramos da chapa?

Narrar essa trajetória é de suma importância para que a categoria perceba que a nossa retirada da chapa não foi um ato intempestivo. Não! Então, qual foi o problema? Saímos porque

os setores que compõem a UO, à exceção da Corrente Proletária, se colocaram por incorporar um novo setor à chapa, que na eleição passada esteve no interior da chapa encabeçada pelo Cláudio Fonseca, concorrendo com a UO, o que desrespeitava a deliberação tomada anteriormente, de reproduzir a última Convenção. Trata-se de uma questão de método.

Esse ponto específico também precisa ser explicado em sua trajetória. Como a definição quanto à repetição da Convenção-2017 foi tomada logo de início, esse problema parecia estar resolvido. O que sempre existiu, e é legítimo que existisse, era a preocupação quanto à ampliação da UO e de sua rede de apoio, mas não necessariamente da chapa. Nessa linha, a cada reunião alguns informes eram dados, indicando os agrupamentos que estavam se aproximando. O que sempre observávamos é que a incorporação dos mesmos tinha de se dar através da democracia operária, isto é, por uma plenária.

Essas aproximações, porém, não tinham se convertido em proposta concreta de incorporação à chapa até a reunião on-line ocorrida no dia 17 de abril. Imediatamente, a Corrente Proletária colocou o problema, inclusive por escrito, como se vê no *print* que reproduzimos abaixo:

Proposta de encaminhamento: 1) manter os setores e critérios da última Convenção x 2) mudar os setores e critérios da última Convenção.

Se vence a 2, discute-se quem entra. A única observação que faço é que a permanência do POR na chapa, caso mude o critério, fica bastante prejudicada.

16:06

Vale dizer que ainda se discutia o problema das “incorporações” de maneira vaga, sem a definição concreta de quem seriam esses setores. Vários agrupamentos, diferentes entre si, foram mencionados. Foi só na reunião do dia 19 de abril que surgiu uma proposta mais definida, dado que os agrupamentos mencionados também foram se pronunciando, a grande maioria afastando a possibilidade de uma unidade (ou simplesmente não respondendo). A posição do setor majoritário dentro da Oposição acabou, desse modo, convergindo para a proposta de “incorporar apenas os que estiveram presentes à Convenção de 2017”.

Eis que chegamos ao ponto nevrálgico: com esse critério estavam afastados praticamente todos os coletivos que haviam sido elencados durante as discussões; sobravam dois, que supostamente se encaixariam no critério da última Convenção. Um deles sequer indicou uma pessoa para a composição, sendo descartado do debate. Sobrou, assim, o caso da incorporação da ex-integrante do Coletivo Compromisso e Luta (do Cláudio Fonseca), Nelice Pompeu (que estaria se aproximando do Raiz Popular, coletivo do vereador do PSOL Toninho Vespoli).

A questão, no entanto, era muito evidente, passando por dois problemas principais, que apresentamos nessa Carta: o primeiro é que “estar presente na Convenção” não significa que teve sua inserção na chapa ratificada pela votação e aferição da proporcionalidade; o segundo problema, é que a inserção da

Nelice Pompeu, sob o critério de que a corrente para a qual ela estaria se dirigindo esteve presente na Convenção-2017 (fato que, ademais, não temos comprovação) é de um artificialismo flagrante, pois, na prática, significa abrir uma exceção para incorporar na chapa pessoas que se situavam nos quadros da burocracia sindical à época da Convenção.

Cabe, então, uma explanação nossa sobre a questão da ruptura da militante Nelice Pompeu. Não desconhecemos a importância de rupturas que enfraqueçam o campo inimigo. O problema é que a sua passagem para o nosso campo precisaria passar pela prova dos acontecimentos e, no mínimo, ser processada através das instâncias da democracia operária. É totalmente descabida a incorporação da referida militante sem cumprir esses requisitos elementares, ainda mais há três dias da inscrição da chapa! É bom repetir: a proposta concreta de admiti-la foi feita na reunião on-line no dia 19 de abril, sendo que a data-limite para a inscrição da chapa era o dia 22 do mesmo mês.

Encerramos essa carta frisando a questão de método. Se a definição da composição da chapa não está assentada nas plenárias, ou seja, na democracia direta, só pode estar embasada nos acordos por cima. Somos contrários a essa via. E denunciamos o problema não como um ponto fora da curva, como uma excepcionalidade, mas como expressão de uma concepção equivocada de construção da unidade frentista de oposição, tal como empunhada pela maioria dentro da UO, que não se pauta pelo funcionamento orgânico, com as plenárias regulares.

Temos toda uma trajetória de luta contra a burocracia sindical ainda pela frente. Não está dado com 100% de certeza que a eleição para diretoria se realize no dia 22 de maio. Pode ser que a burocracia (Compromisso e Luta), diante da prorrogação da quarentena, finalmente aceite o adiamento. Pode ser que mantenha o calendário. Há ainda a eleição para o Conselho Geral, que é bastante importante. A Unidade da Oposição precisa tirar as devidas lições desse processo, evitar os erros cometidos e avançar para um funcionamento democrático. A Corrente Proletária na Educação seguirá travando essa disputa por dentro da unidade frentista, defendendo o programa da classe operária, seus métodos e princípios.

Conclusão

A Corrente Proletária desde sempre se esforçou por constituir a chapa opositora e classista, mantendo a liberdade de crítica. Por ser frentista, insistiu em discutir coletivamente o programa e a composição da chapa. Somente assim as distintas correntes poderiam assumir o compromisso de lutar contra a burocracia sindical, seguir os princípios da democracia operária e se apoiar nos métodos próprios de luta dos explorados. A mudança que as correntes majoritárias realizam agora, incorporando por meios eletrônicos um setor que antes se negava a constituir a oposição unificada e que procurava enfraquecê-la diante da burocracia, viola as bases democráticas de constituição da chapa.

Assim, a Corrente Proletária ficou impedida de participar da chapa, por não pactuar com a forma e o método burocráticos de sua ampliação.